

CURRICULUM VITAE

António Francisco de Araújo Lima Cluny

(Nascido em Ramalde, Porto, em 6/6/55)

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, tendo frequentado o curso de 1972/1977.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Monitor na Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, anos 1976, 1977.

Frequência de Estágio na Ordem dos Advogados em 1977.

Nomeado **Subdelegado do Procurador da República** em **Grândola** em 5/12/77.

Nomeado **Delegado estagiário do Procurador da República** em **Lisboa** em 7/7/78.

Nomeado **Delegado do Procurador da República** em **Nordeste** – Açores em 1/9/79.

Colocado por conveniência de serviço como **Delegado do Procurador da República** em **Cascais** em 12/9/79.

Nomeado **Procurador da República** e colocado no **Tribunal Criminal de Lisboa** em 28/4/90.

Nomeado *Procurador da República do Círculo Judicial de Sintra* em 4/7/90.

Nomeado *Procurador da República do Círculo Judicial de Cascais* em 28/3/92.

Nomeado *Procurador-Geral Adjunto* e colocado em substituição do Procurador-Geral da República *nos Tribunais Supremos e no Tribunal de Contas* em 22/6/98.

OUTRAS RESPONSABILIDADES

Perito do GRECO/ Conselho da Europa (Grupo de Estados Contra a Corrupção – comité especializado Do Conselho da Europa), tendo participado nas equipas que avaliaram os sistemas jurídicos, serviços públicos e de justiça do **Luxemburgo** (2004) e do **Mónaco** (2008) na perspectiva da luta contra a corrupção.

Participante regular, enquanto membro do Bureau da **MEDEL** (Associação Europeia de Magistrados pela Democracia e as Liberdades), em diversas **encontros do Conselho Consultivo dos Procuradores-gerais do Conselho da Europa (CCPE)** – Strasbourg/1999 e Moscovo/2006 - e nas **reuniões deste com o Conselho Consultivo dos Juizes Europeus (CCJE)** – Bordeaux /2008 - e em reuniões dos diferentes organismos da União Europeia sobre a organização e reforma da Justiça.

Membro e avaliador do Grupo de Avaliação do Ensino Superior Universitário de Direito do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, (2003).

Membro (convidado) da Assembleia Estatutária – adaptação da Lei 62/2007 - do ISCTE, (2008).

Nomeado, enquanto especialista, membro de um júri de Doutoramento na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, (2013).

Membro do júri do prémio anual para os trabalhos jurídicos de jovens juristas da **Wolfers Kluver**.

VIDA ASSOCIATIVA

Eleito seis vezes **Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público** – nos anos de 1988 - 90 ; 1990 - 92 ; 1995 - 97 e 1997- 99, 2005 - 2007 e 2007 - 2009.

Eleito, por várias vezes, **membro do Secretariado da MEDEL**.

Eleito **Vice-Presidente da MEDEL**, organização com o estatuto de membro consultivo junto do Conselho da Europa e da União Europeia.

Eleito, em **Novembro de 2011, Presidente da MEDEL** (Associação Europeia de Magistrados que agrupa 15 associações de magistrados (juizes e procuradores) de países europeus).

Nos anos oitenta, integrou os corpos sociais da **Associação Portuguesa dos Direitos dos Cidadãos**.

Membro da CIVITAS, secção portuguesa da FIDH.

Membro da AIDA – Portugal (Associação de Direito dos Seguros) e integrante dos seus corpos gerentes.

CURSOS E CONFERÊNCIAS

Orador convidado na Colóquio parlamentar organizado pela **Assembleia da República Portuguesa** (Comissões de Assuntos Europeus e de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) aquando da discussão da Constituição Europeia e da Carta dos Direitos Humanos da União Europeia (Abril, 2000).

Coorganizador e interventor com teses e em diferentes mesas no **Congresso da Justiça** convocado e desenvolvido pela OA, ASJP e SMMP e patrocinado pelo então Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio (2003).

Organizador e participante como palestrante num curso sobre a **Responsabilidade Financeira** no SMMP **destinado aos Inspectores do Ensino Superior** (2010).

Orador convidado para **Conferência da AIDA** (associação internacional do direito dos seguros) com uma comunicação sobre a responsabilidade financeira na área da contratação de seguros por entidades sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas (2010).

Organizador e participante como palestrante num curso sobre a **Responsabilidade Financeira no INA** (2011);

Participante como palestrante num **curso de Mestrado - Gestão e Organização da Justiça** - organizado pela Universidade de Coimbra, Observatório da Justiça e ASJP (2012).

Orador convidado pela DGARQ para uma **Conferência** na Torre do Tombo subordinada ao tema do **Dia Internacional dos Arquivos: Arquivos e Direitos Humanos**, (9/JUN/2012)

(<http://dgarq.gov.pt/cooperacao-e-relacoes-externas/eventos/dia-internacional-dos-arquivos/>)

Convidado e participante no XXXII **Colóquio Nacional da ATAM** (Associação dos Trabalhadores da Administração Local) com uma comunicação subordinada ao tema: *A responsabilidade financeira entre a proclamada vontade legal de a efectivar e a realidade dos limites que a lei impõe: perplexidades e possíveis soluções*, (Out, 2012).

Convidado e interveniente, nos últimos dez anos, em Conferências, Colóquios e Seminários organizadas por

estruturas associativas de magistrados e/ou pelas Faculdades de Direito das:

Universidade de Bueno Aires;

Universidade Católica (Pontifícia) de Lima no Peru;

Universidade de Coimbra;

Universidade de Frankfurt (Goethe);

Universidade de Lisboa (Clássica e Nova);

Universidade de Quito - Equador;

Universidade St. Louis – Bruxelas.

Universidade de Trieste;

Universidade Mackenzie – S. Paulo/Brasil;

Universidade de Ancara.

Intervenção em Seminários e Conferências e Palestras no CEJ, no Observatório da Justiça, nas escolas da magistratura e do Ministério Público de Espanha, na Academia de formação dos juízes e procuradores alemães, em Wustrau/Alemanha e na Escola do Ministério Público de S. Paulo/Brasil.

ACITIVIDADES HUMANITÁRIAS, DE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO

Interveniente em conferência organizada pelo parlamento nacional na **Cidade da Praia/Cabo Verde** no âmbito do processo conducente à revisão da Constituição (judiciária) (1999).

Participante, enquanto membro da CIVITAS e da FIDH (Federação Internacional dos Direitos Humanos), num Seminário «**Cidadania Direitos Humanos e respeito pelo Processo Eleitoral**» organizado pela Liga Moçambicana do Direitos Humanos destinado a magistrados judiciais e do Ministério Público e juristas em **Maputo/ Moçambique** (Maio de 2003).

Em representação da FIDH dirigiu no local uma missão na Amazónia (Belém do Pará) **para investigar as circunstâncias da morte da missionária católica norte-americana Dorothy Stang, bem como da e consequente investigação judicial**, cujo relatório apresentou em Genebra na Reunião Anual do Comité das Nações Unidas para defesa dos Direitos Humanos (Maio/Junho 2005).

Interveniente no **Congreso Internacional «Los derechos Humanos en Oriente Medio bajo Ocupación», Oviedo/Espanha - Comunicação** intitulada «Los Tribunales Europeos y la jurisdicción Universal», (2006).

Depoente numa sessão pública em **Paris**, como testemunha e perito, sobre a autonomia do Ministério Público e suas consequências estatutárias perante o plenário do **Conselho Superior da Magistratura francês** no âmbito de um processo disciplinar contra um Procurador daquele país (2008).

Participante em **Washington e S. Francisco** em conferências e iniciativas cívicas de luta contra **Pena de Morte** a convite da **International Commission Against the Death Penalty** e da **Death Penalty Focus**, tendo intervindo no Clube de Imprensa daquela primeira cidade (vídeo no YUTUBE) (2010 e 2012).

Dirigente e participante em missões internacionais de observação em processos de reforma dos sistemas judiciários da **Sérvia e Hungria** cujas conclusões relatou, depois, junto da **Comissão Europeia** e dos respectivos **Comissários Europeus** (2010 e 2012).

RESPONSABILIDADES EDITORIAIS

Director da **Revista do Ministério Público** entre Junho de 1988 e Setembro de 1992.

Membro do Conselho Editorial da revista de direitos humanos, **O Cidadão**, nos anos 1995/1996.

Membro do Conselho de Redacção da **Revista do Tribunal de Contas**.

Membro do Conselho Editorial da **JUSTITIA**, revista da Procuradoria-Geral de Justiça e Associação Paulista do Ministério Público

PUBLICAÇÕES

- LIVROS

Pensar o Ministério Público Hoje – Ed. Cosmos, (Outubro/1997).

Responsabilidade Financeira e Tribunal de Contas, Coimbra Editora, (Dezembro/2011).

- ARTIGOS

Acção de Estado - Acção de Registo – RMP, n.º 6, (1981).

O Ministério Público e a Independência do Poder Judicial – RMP, n.º45, (1991).

Tribunais e pluralismo Político – RMP, n.º48, (1991).

~~*Démocratie et rôle de l'associationnisme judiciaire au Portugal*~~ – incluído na obra colectiva: *La formation des magistrats en Europe et le role des syndicats et des associations professionnelles / Quelle formation, pour quelle*

Justice, dans quelle société – Faculté de Droit de L'Université de Trieste/MEDEL, CEDAM, Padova, (1992).

Impugnação do Despacho de Arquivamento do Inquérito – Poderes de Intervenção Hierárquica – RMP, n.º 57, (1994).

O Relacionamento da Polícia Judiciária com o Ministério Público e o poder judicial – RMP, n.º 64, (1995).

Criminalidade em Tempo de Crise – O Cidadão III, 9-10: 23-28, (1995).

O Ministério Público e o Poder Judicial - RMP, Cadernos n.º 6, (1995).

O Ministério Público, o Estado de Direito Social e a nova Criminalidade Organizada: Novo Modelo e Estatuto - reproduz uma intervenção num colóquio realizado em Bruxelas em 12, 13 Dezembro de 1997, pela MEDEL e a União Europeia subordinado ao tema «*La Justice entravée – corruption et criminalité économique internationale*» – RMP, n.º 72, (1997).

O Estatuto Constitucional do Ministério Público - Revista Direito e Cidadania, Ano III, número especial - Revisão Constitucional em Cabo Verde, (Maio/1999).

Responsabilidade Financeira e Responsabilidade Civil Delitual dos Titulares dos Cargos Políticos, Funcionários e Agentes do Estado – Revista do Tribunal de Contas, n.º 32 – (Julho/Dezembro, 1999).

Algumas Considerações sobre o Debate relativo ao Projecto de Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia – RMP, n.º 82, (2000).

Uma Justiça Dúctil para um País Normal, incluído na obra colectiva: *Justiça em Crise? Crises da Justiça* – Ed. D. Quixote, (2000).

O Ministério Público e o Princípio Constitucional da Igualdade
– Caderno n.º 10 da RMP – Ed. Cosmos, Lisboa, (2000).

As Atribuições e Competências das Autarquias Locais –
Revista da Administração Local, n.º 180, ano 23, (Nov/Dez/
2000).

**L'Associazionismo Giudiziario in Europa. Necessità di un
Bilancio** - Revista Questione Giustizia, n.º 2, II bimestre (2000).

**As Diversas Formas de Responsabilidade das Autarquias e dos
seus Órgãos e Titulares** – Revista da Administração Local, n.º
184, ano 24, (JUL/Agosto/2001).

**Reflexões e Dúvidas no 25.º Aniversário do Estatuto do
Ministério Público** – RMP, n.º 95, (2003).

Ministère Public et Principe de l'Egalité – Justine n.º 8,
Bruxelles, (Avril/2003).

**Formação de Magistrados e Advogados: Custos Financeiros
Baixos, Custos Económicos Elevados** – Incluído na obra
colectiva: Os Custos da Justiça, Almedina, (Julho/ 2003).

Novos Sujeitos: Novos Direitos ou Novas Formulações, incluído
na obra: Novas Formas de Mobilização Popular, Campo das
Letras, Porto, (2003).

Comunicação Social e Representação do Crime – Trajectos,
n.º 2, (publicação do Departamento de Sociologia, Secção
de Comunicação, Cultura e Educação do ISCTE), (Jan/2003).

**Multiculturalismo, Interculturalismo e Imigração em Portugal
no início do Séc. XXI** – RMP, n.º 97, (2004).

A Definição da Política Criminal e o Ministério Público – RMP,
n.º 103, (2005).

Mediatização da Política ou Assimilação Política dos Media? –
Trajectos – n.º 8-9 – (Primavera/Outono/2006).

Breve Reflexão sobre os Caminhos do Direito Administrativo Sancionador Português inserido na obra colectiva: *Direito Sancionador / Sistema Financeiro Nacional*, Editora Fórum, Belo Horizonte – Minas Gerais, Brasil (2007).

Um Relacionamento Possível entre Justiça e Media – *Trajectos*, n.º 10, (Primavera/2007).

Jurisdição Financeira e Globalização (expansão e limites) - *Revista Julgar* n.º 3, (Set/Dez/2007).

O Ministério Público na Hora da Globalização: o presente e o futuro – *Revista JUSTITIA*, n.º 197, S. Paulo/ Brasil (Dez/2007).

Autonomie und Selbstverwaltung der Portugiesischen Staatsanwaltschaft – *Krit V* – N.º 4/2008, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Frankfurt* (2008).

Autonomia do Ministério Público, Governo Próprio e Hierarquia – *Vértice*, n.º 142 (Set/Out/2008).

Justiça: da Crise da Morosidade à Morosidade na Compreensão da Crise – *Trajectos*, n.º 15, (2009).

The Role Played By The Public Prosecutor's Service Office Within a Self Governed Judiciary – Autonomy and self-governance of the Portuguese Public Prosecutor's Office, incluído na obra: *Strengthen The Judiciary's Independence In Europe* – Peter-Alexis/Sir John Thomas (eds) BWV - Intersentia, Berlin, (2009).

O Dever de Reserva inserido na obra colectiva: *Ciclo de Conferências "O Dever de Reserva"*, Ed. Ordem dos Advogados/ Conselho Distrital de Lisboa, (2010).

La Crisis Económica y la Independencia Judicial – *Jueces para la Democracia*, n.º 71, (Julio/2011).

Revisitar Hoje o Caminho Longo para a Europa - incluído na obra: 25 Anos na União Europeia (Instituto da Faculdade de Direito de Lisboa), Almedina, (Novembro/2011).

Die Weltweite Ökonomische Krise und die Unabhängigkeit der Justiz – Betrifft Justiz, n.º 109, (Marz/2012).

Artigos na imprensa: colaborador regular do jornal «ii», onde assina a rúbrica semanal «A Vida e a Lei», artigos vários nos jornais: Diário de Notícias, Expresso, Público, Seara Nova, Sol.

Lx, 28/1/2013

António Cluny